
Dossiê: Patrimônios imateriais afro-indígenas na América Latina:
invisibilidades, história, lutas por direitos e novas epistemologias

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.46237>

Retratos festivos:

Respeitabilidade, processos de racialização e masculinidade negra e afro-indígena no pós-Abolição em Minas Gerais

Festive portraits:

Respectability, processes of racialization and black and afro-indigenous masculinity in post-Abolition in Minas Gerais

Retratos festivos:

Respetabilidad, procesos de racialización y masculinidade negra y afroindígena en la post-Abolición en Minas Gerais

Lívia Nascimento Monteiro*

<https://orcid.org/0000-0003-0769-0748>

RESUMO: A proposta desse artigo é apresentar uma análise iconográfica de quatro fotografias dispostas no acervo digital iconográfico do Arquivo Público Mineiro (APM) com relação às temáticas dos reinados, congados e congadas do estado de Minas Gerais, especialmente no final do século XIX e primeira metade do século XX. As fotografias estão dispersas em diferentes fundos do arquivo e registram os modos de vida e festejos em três cidades mineiras – Queluz (hoje Conselheiro Lafayete), Uberaba e Itaúna. Partindo para a análise dessas imagens, pretende-se apresentar algumas leituras com os dados disponíveis ligados a autoria, data e demais representações de cunho midiático e da cultura visual do momento festivo fotografado. Nossa hipótese é que as representações imagéticas estão pautadas na construção dos sentidos de representatividade ligados à ideia de respeitabilidade, seriedade e aos processos de racialização pautados pela masculinidade negra e afro-indígena no pós-Abolição em Minas Gerais.

Palavras-chave: Festas congadeiras. Pós-Abolição em Minas Gerais. Fotografias.

* Professora Adjunta na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Doutora em História na Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa Emancipações e pós-Abolição em Minas Gerais. Tem publicações na área das festas congadeiras e é produtora de documentários sobre os festejos em Minas Gerais. E-mail de contato: livia.monteiro@unifal-mg.edu.br

ABSTRACT: The purpose of this article is to present an iconographic analysis of three photographs displayed in the iconographic digital collection of the Public Archive of Minas Gerais (APM) in relation to the themes of reigns, congados and congadas in the state of Minas Gerais, especially at the end of the 19th century and the first half of the 20th century. The photographs are scattered across different archives and record the ways of life and celebration in different cities in Minas Gerais – Queluz, today Conselheiro Lafayette, Uberaba and Itaúna. Starting to analyze these images, I intend to present some readings with the available data linked to authorship, data and other representations of a media nature and the visual culture of the festive moment photographed. Our hypothesis is that image representation is based on the construction of meanings of representation linked to the idea of respectability, seriousness and the processes of racialization guided by black and afro-indigenous masculinity in post-Abolition in Minas Gerais.

Keywords: Congadeira parties. Post-Abolition in Minas Gerais. Photographs.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es presentar un análisis iconográfico de tres fotografías expuestas en el acervo iconográfico digital del Archivo Público de Minas Gerais (APM) en relación con los temas de reinados, congados y congadas en estado de Minas Gerais, especialmente en finales del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX. Las fotografías se encuentran dispersas en diferentes archivos y registran las formas de vida e celebraciones en diferentes ciudades de Minas Gerais – Queluz, hoy Conselheiro Lafayette, Uberaba e Itaúna. A partir del análisis de estas imágenes, pretendo presentar algunas lecturas con los datos disponibles vinculados a la autoría, datos y otras representaciones de carácter mediático y de la cultura visual del momento festivo fotografiado. Nuestra hipótesis es que las representaciones de imágenes se basan en la construcción de significados de representación vinculados a la idea de respetabilidad, seriedad y los procesos de racialización guiados por la masculinidad negra y afroindígena en la post-Abolición en Minas Gerais.

Palabras clave: Fiestas de la congadeira. Post-Abolición en Minas Gerais. Fotografías.

Como citar este artigo:

Monteiro, Lívia Nascimento. “Retratos festivos: Respeitabilidade, processos de racialização e masculinidade negra e afro-indígena no pós-Abolição em Minas Gerais”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 2 (2024): 58-76.

“Olha pra você ver”: possíveis leituras de imagens festivas negras e afro-indígenas do passado



Figura 1 — Sem autoria, Festa do Reinado em Queluz, 1924.
Fonte: Arquivo Público Mineiro.

A foto que abre esse texto é de encher os olhos de quem pesquisa festas e culturas negras e afro-indígenas no Brasil. Essa relíquia encontra-se no Arquivo Público Mineiro (APM), no fundo da Secretaria do Interior, com data de 1924 e sem autoria do fotógrafo. Além disso, a legenda “Festa do Reinado em Queluz” aponta apenas a cidade – hoje Conselheiro Lafayete, região central do estado de Minas Gerais – sem nenhum outro texto a mais.

Quando encontrei essa imagem, vagando despreziosamente por uma página de notícias do interior de Minas, fiquei alguns minutos com o olhar fixo e tentei observar tudo o que meus olhos pudessem dar conta. A igreja ao fundo, o público, com a maioria de homens de chapéus, algumas crianças – inclusive um bebê no colo e mulheres atentas. Se meus olhos tentaram capturar o máximo de informações, o dessas pessoas estavam voltados para o centro da fotografia, com a corte do rei e rainha ao centro, debaixo dos pálios, que nesse caso parecem guarda-chuvas, escoltados pelos homens e meninos negros que ali estavam fixos, com olhares atentos e possivelmente ouvindo as ordens e as cantigas cantadas pelo capitão. As músicas entoadas podem ser imaginadas – um exercício que deixo para o leitor. Os tambores estão presentes. Vivos. Além desses instrumentos, é possível identificar uma viola e talvez um pandeiro na mão do homem à direita do rei.

A escada que dá acesso à igreja serviu de púlpito para destacar o rei e a rainha. As roupas do casal dão dimensão da riqueza da festa, com as capas que possivelmente eram azuis, as coroas

grandes e a rainha, em especial, com a luva, meia-calça e sapatos, o que demonstra a riqueza e importância do momento. As roupas são brancas e os chapéus com as fitas possivelmente eram coloridas. Ao que me parece, a maioria dos presentes está descalça.

Quando vi essa imagem da festa em Queluz, busquei as referências e a encontrei rapidamente no acervo digital do Arquivo Público Mineiro e guardei-a para um momento oportuno de diálogo. Quando fiz uma nova busca pelo acervo do APM, outras maravilhas se descortinaram. Se a foto de Queluz é de 1924, a fotografia abaixo é outra relíquia depositada no APM; datada de 1897 e com a legenda escrita à mão na própria fotografia: *Festa dos pretos a Nossa Senhora do Rosário, fotografia tirada na rua Municipal em Uberaba em 1897, por José Severino Soares.*



Figura 2 — Festa dos pretos à Nossa Senhora do Rosário em Uberaba, foto de José Severino Soares, 1897.
Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Apesar das manchas amareladas, a foto revela muito mais do que as pinceladas do tempo tentaram apagar. Essa foto tem possivelmente o capitão ao centro, a maioria dos homens olhando para o fotógrafo e ao fundo a corte, numa rua importante do centro da cidade de Uberaba, no triângulo mineiro. Nas anotações da foto, segue o comentário: “Costumes populares. Festa dos pretos à Nossa Senhora do Rosário. Fotografia tirada na rua Municipal de Uberaba em 1897, por José Severino Soares. Oferecida ao Arquivo Público Mineiro pelo seu correspondente em Uberaba em maio de 1901”. A foto está depositada na Coleção Municípios Mineiros.

O capitão, ao centro da foto, tem trajés escuros e seu destaque não é mera coincidência. É ele quem comandava os homens com seus passos, danças, músicas e rituais. Ao seu redor, mais de vinte e cinco homens estão com seus instrumentos musicais e suas roupas festivas – a maioria também está descalça – prontamente posicionados para celebrar a fé no Rosário. Os instrumentos musicais visíveis são os tambores e as caixas; talvez os pandeiros e as violas não estivessem ali, pois

não é possível localizá-los. Nas mãos desses homens, alguns seguravam espadas. No mesmo fundo do APM e retratando a mesma cidade, a foto abaixo é de se admirar com ainda mais calma.



Figura 3 — Grupo de pessoas na festa de Congado de Nossa Senhora do Rosário em Uberaba, autoria de José Severino Soares, 1889.

Fonte: Arquivo Público Mineiro.

A legenda da foto já é bastante emblemática: *grupo de pessoas na festa de Congado de Nossa Senhora do Rosário em Uberada* e a data é ainda mais, pois foi exatamente no ano seguinte à Abolição que a foto foi feita. Além de toda a descrição semelhante às fotos anteriores no que se refere à seriedade e olhares fixos no instante da fotografia, os sujeitos estão com seus trajes especiais para a festa e os *penachos*, colocados sobre suas cabeças, chamam bastante atenção. Os homens estão alinhados na fileira de cima com seus adereços que marcam as referências afro-indígenas na festa. Em suas mãos, alguns instrumentos musicais são visíveis, como o pandeiro e a viola no canto direito. Ao centro da foto, apesar da mancha, é possível sugerir a possível presença de um casal de rei e rainha, amparados pela guarda que os protege, além de algumas crianças à frente. A posição do senhor no canto inferior direito também é bastante elucidativa. Sua presença é marcante não só pela sua postura e por ser o único sujeito sentado, mas pela ausência dos trajes festivos, o que não significa que não era participante dos festejos, mas seu papel importante, especialmente pela sua idade.

Continuei a busca pelo acervo do APM e outras fotos surgiram, em várias cidades e temporalidades. Selecionei para continuar o diálogo a foto da cidade de Itaúna. Sem datação precisa, na sua legenda consta apenas a explicação “Festa popular. Congado de Itaúna. Fundo João Dornas Filho.” A foto está na coleção João Dornas Filho.



Figura 4 — Festa popular, Congado de Itaúna, sem autoria, sem data, Fundo João Dornas Filho.
Fonte: Arquivo Público Mineiro.

É outra preciosidade encontrada no APM. Nessa imagem é possível observar a bandeira de Nossa Senhora do Rosário, à esquerda, com o grupo de congadeiros e seus instrumentos visíveis – tambores, viola, sanfona e talvez outros que não identificamos. As roupas eram brancas, com os detalhes dos chapéus que possivelmente eram coloridos. A presença de muitos homens e das crianças destaca-se; a maior parte das pessoas está calçada e não é possível identificar a presença de rei e rainha. No canto inferior à direita, também temos a presença de um homem negro mais velho, de pé, com destaque para uma possível liderança naquele espaço festivo.

A presença da corte composta por reis e rainhas sugere que os reinados estavam presentes nas festas nas cidades de Queluz e Uberaba. Em Itaúna, observando apenas essa foto, não é possível inferir se havia ou não reinados apenas pela ausência da corte nessa foto.

Os reinados, congados ou congadas, como são conhecidas as festas em devoção a diferentes santos católicos em São Paulo, Paraná, Goiás e Minas Gerais, em especial, atravessam as histórias desses estados. Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês, Santa Efigênia e São Benedito são os santos mais cultuados nos festejos, que coexistem (Brasileiro 2023) com elementos e práticas das religiões de matriz africana e afro-brasileira.

Existem diferentes formas de narrar, conceituar e explicar esses festejos e isso dimensiona a riqueza cultural dos modos de vida desses sujeitos retratados no passado. O que podemos afirmar é que celebrar a fé no Rosário foi (e ainda é) marca do passado negro e afro-indígena em Minas Gerais, que teve no seu território a presença marcante de povos indígenas e africanos que moldaram esse chão e deixaram como legado as suas próprias memórias ancestrais e a presença espiritual dos seus antepassados nas festas. Através das danças, rituais, músicas e passos dançantes a celebração se faz em comemoração à liberdade, num território marcado pela violência colonial escravista.

A historiografia aponta para as evidências da presença de diversas populações indígenas e africanas em Minas Gerais. Para o caso dos indígenas, apesar do senso comum continuar acreditando numa possível dizimação desses povos, os estudos históricos mais recentes apontam “que eles jamais foram extintos”, como afirmam Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur (2007). Os autores apresentam pesquisas consolidadas sobre as formas encontradas por Coroados, Puris, Botocudos, Kamakãs, Pataxós, Panhames, Maxakalis, entre outros, para resistir ao processo de conquista das expedições armadas ao longo do século XVIII nos sertões das Gerais. Nesse cenário, compreender a presença e resistência indígena na história da sociedade mineira escravista leva-nos a buscar as inter-relações e conexões com o passado afro-diaspórico, pois foi esse mesmo território que recebeu milhares de africanos e africanas ao longo dos séculos XVIII e XIX (Maia 2022).

Desse modo, compreender as relações negras e afro-indígenas num espaço marcado pelo colonialismo e tantas violências como foi (e ainda é) o território mineiro tem sido um caminho a se fazer, tanto por estudiosos, como por detentores e sabedores das culturas negras e afro-indígenas de Minas Gerais.

Em diálogo com outros espaços geográficos e no exercício comparativo que exige um olhar atento sobre as aproximações, mas também os distanciamentos, temos o trabalho da historiadora Carolina Martins que ao estudar o bumba meu boi maranhense tem proposto

um olhar que considere os bumbas como uma manifestação afroindígena, não com a intenção de designar uma relação que uniria conjuntos “afros” e “indígenas” preexistentes, mas, como ‘um modo particular de articular diferenças’ (Goldman 2017, 12). Assim se observa que o bumba articularia estas relações sem, contudo, representar uma suposta mistura racial. (Martins 2024, 270).

Assim, as características mais visíveis do que estamos compreendendo como elementos *afro-indígenas* nos festejos estão, em especial, na foto 3 de Uberaba, com a presença dos penachos que sugere que existiram associações entre negros e indígenas – não na ideia de miscigenação racial, como bem pontua Carolina Martins quando observa os bumbas no Maranhão, mas no protagonismo desses sujeitos que estão, a partir das suas estéticas, com seriedade e respeito com seus penachos, dançando e louvando nos festejos do Rosário em pleno triângulo mineiro do final do século XIX.

São essas confluências, como o mestre Nêgo Bispo fala, que vai permitir o compartilhamento de vivências e saberes ancestrais indígenas e africanas nos festejos do passado e na sua continuidade no presente - mesmo com as mudanças e alterações necessárias impostas pelo tempo. Como Bispo narrou: “um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio. Ao contrário: ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente” (Santos 2023).

No tempo presente, o terno do Penacho de Uberaba mantém suas atividades ininterruptas desde 1889, ano da fotografia. Em algumas redes sociais do grupo¹ a imagem 3 está postada e algumas legendas informam que se trata desse terno da festa, algo que não conseguimos comprovar com exatidão, mas que tem uma boa hipótese. Nos Cadernos de Folclore do Arquivo Público de Uberaba de 1993 a mesma foto é publicada junto com depoimentos gravados com antigos congadeiros da cidade e o seguinte texto:

o terno dançava descalço, com penas amarradas nos tornozelos. Calça bombachas na altura da canela, com galão amarelo do lado. O saiote de pena. Na cabeça um cocar de pena que caía atrás sobre a camisa que era preta. (...). Antônio Carlos Marques, diretor administrativo da Fundação Cultural de Uberaba, esclarece o nome do terno e sua característica indígena, voltando à história, no tempo em que os negros fugiam das fazendas e se refugiavam nos matos, muitas vezes sendo ajudados por indígenas até chegarem nos quilombos, ou serem recapturados. Nas tribos conheciam as danças e vestimentas dos índios *gerando a introdução de elementos indígenas na cultura negra*. (Cadernos de Folclore 1993, 22).

A última linha da citação é bastante emblemática: *gerando a introdução de elementos indígenas na cultura negra*. Apesar do texto do/a folclorista – datado de 1993 – ser carregado de interpretações desse contexto de produção, ele traz questões sobre a descrição da festa e das vestimentas e adereços do terno, que são pertinentes para esse ensaio que busca compreender, ainda de forma inicial, essas relações afro-indígenas no contexto das festas mineiras. A palavra escolhida pelo folclorista para explicar esses elementos indígenas no congado foi a *introdução* – e não a junção, mistura ou miscigenação e é nesse sentido que estamos compreendendo essas relações no passado e no presente.

É interessante observar que em outras cidades do estado, como Montes Claros, Serro, Poços de Caldas e Machado, existem ternos com referências afro-indígenas nas festas de congadas, congados e reinados. Em Poços de Caldas e Machado, por exemplo, são os caiapós que abrem os festejos de São Benedito, após serem retirados da mata pelos ternos do congo. Segundo o sr. Pedro Caiapó - importante liderança caiapó do município de Poços, em entrevista para a pesquisadora Maria José de Souza, “quando os negros fugiam para as matas, os índios ajudava eles. Aí, quando veio a liberdade, eles não esqueceram daqueles que haviam ajudado e foram lá buscá-los pra festança” (Souza 2017, 117).

Nesse sentido, o tempo espiralar, conceito proposto pela profa. Dra. e rainha conga, Leda Maria Martins, ajuda-nos a compreender as relações expressas nas quatro fotografias selecionadas e nesses debates. É possível perceber o corpo e suas práticas performáticas, considerados locais de memória para a pesquisadora, que exemplifica especialmente as performances ligadas ao reinado,

¹ Disponível em https://www.instagram.com/penacho_uberaba/ | <https://www.facebook.com/profile.php?id=100093583271740>, Acesso em 09 dez. 2024.

mas também de outras culturas ligadas às oralidades e às cosmovisões ancestrais, como aquelas ligadas aos povos indígenas e africanos dos territórios mineiros. A cronologia linear, ocidental e europeia, para Leda Martins, não dá conta de explicar os eventos festivos como aqueles que acontecem nos reinados, com seus movimentos espirais que presentificam o passado. Segundo a autora,

A ancestralidade é clivada por um tempo curvo, recorrente, anelado; um tempo espiralar, que retorna, restabelece e também transforma, e que em tudo incide [...]. As performances rituais, cerimônias e festejos, por exemplo, são férteis ambientes de memória dos vastos repertórios de reservas mnemônicas, ações cinéticas, padrões, técnicas e procedimentos culturais residuais recriados, restituídos e expressos no e pelo corpo (Martins 2021, 73).

Nessas fotografias selecionadas podemos perceber os elementos herdados das sociedades africanas e indígenas, cuja convivência de diferentes temporalidades promove o contato das gerações e revive no momento dos festejos aquilo que foi apreendido e ensinado pelos seus antepassados. Essas experiências e heranças culturais retratadas nas fotos, são concretizadas nos próprios corpos e mentes, socializados nos sentidos com as memórias que ficam visíveis nos “gestos, ritmos, rituais, metáforas e jogos mentais, resguardando e atualizando seus cosmos” (Antonacci 2014, 265).

É interessante afirmar que, no presente, em muitas localidades, o reinado acontece com a coroação dos reis e rainhas congos, escolhidos entre os membros da comunidade reinadeira. Além das festividades do reinado – estrutura mais ampla e complexa, que abrange as guardas (ou grupos) e contempla vários rituais de devoção e festa – a congada ou congado, que além de se referir à festa, também dá nome aos guardas do congo. De acordo com Paulo Dias, “existem as guardas de congo, de moçambique, de marujo, de catopê, de caboclinho, de vilão e outros. Cada um desses grupos canta, dança e toca um tipo de música, com instrumentos diferentes, além de usar vestimentas específicas.” (Dias 2001, 14)

Atualmente, as festas e os modos de vida dos reinadeiros, congadeiras e congadeiros foram declarados patrimônios culturais do estado de Minas Gerais. O processo foi coordenado pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e atualmente o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – cuida do processo de patrimonialização dos reinados e congados em nível federal. Nos dias atuais, os registros midiáticos das festas dão a dimensão da riqueza cultural e do legado mantido pelos detentores desses patrimônios imateriais afro-brasileiros. São inúmeras fotos, páginas e perfis nas redes sociais, vídeos e muitos materiais digitais. No passado, existem poucos registros visuais e analisando, em especial, o acervo do APM, tivemos dificuldades de encontrar os registros, que muitas das vezes estão em

acervos pessoais dos próprios reinadeiros e congadeiros e das Associações que organizam os festejos nas cidades.

No Arquivo Público Mineiro não existe uma coleção específica para tratar das festas, mas o guia de busca para pesquisa digital ajuda a identificá-las através de palavras-chave tais como “congado”, “congada”, “reinado”, “festas”. “festas de pretos”, “congos” entre outras.

Como citado, as imagens encontram-se em fundos diferentes no APM. A foto de Queluz está no fundo da Secretaria do Interior, responsável por guardar documentos ligados à administração da justiça, polícia, saúde pública, política sanitária, instrução pública e demais áreas de atividades. As fotos de Uberaba estão na coleção Municípios mineiros, composta por fotografias dos diversos municípios mineiros nas áreas do comércio, turismo, saúde, cultura entre outras. As fotos são de José Severino Soares, conhecido como Juca Severino, fotógrafo premiado na quarta Exposição Nacional da Academia Imperial. Já a foto de Itaúna está depositada no fundo privado de João Dornas Filho, natural da cidade e importante folclorista ligado ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Além dessa fotografia selecionada para essa análise, esse fundo contém diversas outras imagens dos festejos na cidade, possivelmente atrelado às viagens que o folclorista fazia à sua terra natal.²

A escolha por esses retratos passou pelo sentido que a fotografia apresenta como fonte histórica, como qualquer outra fonte, mas que exige do historiador certas habilidades, como Ana Mauad afirma

A fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções signílicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem (Mauad 1996, 77).

Apesar de saber pouco sobre o contexto de produção das fotos analisadas, é fato que “toda imagem é histórica. O marco de sua produção e o momento da sua execução estão indefectivelmente decalcados nas superfícies da foto, do quadro, da escultura, da fachada do edifício.” Ao utilizar a fotografia na “composição do conhecimento histórico”, como argumenta Mauad, podemos compreender essa fonte como “uma mensagem que se elabora através do tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, tanto como testemunho direto quanto como testemunho indireto do passado” – e podemos garantir que os sujeitos das quatro fotografias são testemunhos diretos desse passado festivo mineiro.

² As informações referentes aos fundos e coleções encontram-se no site do APM. Disponível em: <https://www.arquivopublico.mg.gov.br/> Acesso em 03 out. 2024.

A seleção dessas fotos deu-se, sobretudo, pelas questões em comum que me saltaram aos olhos quando comecei a observar atentamente cada uma delas. É sobre isso que tratarei a seguir.

Respeitabilidade, racialização e a construção da masculinidade negra e afro-indígena no pós-abolição mineiro

Em tempos atuais de selfies e sorrisos fáceis instagramáveis, as fotos remontam para outra época. Ninguém sorri em nenhuma delas. A seriedade é o traço forte de quem celebra a vida nos encontros reinadeiros e congadeiros. É a representatividade de quem coloca, por direito, seus corpos na rua, em frente à igreja católica – como é o caso da foto de Queluz (imagem 1) e possivelmente em Itaúna (imagem 3) e na principal rua de Uberaba (imagem 2), que tem os casarões coloniais cercando a festa e apresentando que “a festa dos pretos” ocupava espaços tradicionais da elite escravista dessa cidade.

A pose de quase todos os sujeitos retratados demonstra que as fotografias foram posadas. A captura da imagem, como é comum no início do século XX, demorava instantes – especialmente se compararmos com os dias atuais. Então, era possível organizar a cena, produzi-la e criá-la conforme o fotógrafo ou quem encomendou a foto quisesse. Nas imagens selecionadas, por mais que o fotógrafo buscasse construir uma imagem a seu bel-prazer, são esses sujeitos retratados que escolheram manter-se com olhares sérios, fixos, corpos rígidos, sem o bailado das suas danças e sem sorrisos. Eles fazem questão de mostrar seus instrumentos musicais e também exibem os adereços que usam nas mãos e cabeças, assim como a importante presença da bandeira de Nossa Senhora do Rosário, no caso de Itaúna e dos penachos, no caso de Uberaba.

A construção dessas imagens passa pelos sentidos de seriedade, respeitabilidade e moralidade, algo que são centrais nos festejos reinadeiros e congadeiros até os dias atuais. O alinhamento dos sujeitos, com a postura corporal ereta dos possíveis capitães, reis e rainhas (ou seja, as lideranças) em destaque, com o restante do grupo em volta ou ao lado, alguns com instrumentos musicais, demonstra a sincronização do momento da fotografia com a imagem que esses sujeitos queriam construir sobre si, pautada, sobretudo, na ideia de respeito e seriedade.

Esse argumento está intimamente ligado ao contexto de discussões que a recente historiografia acerca do pós-abolição no Brasil tem feito, especialmente sobre o papel das organizações coletivas de sujeitos que herdaram de suas famílias o legado da diáspora africana e afro-indígena no Brasil, diante de uma sociedade amplamente desigual e racista do final do século XIX e início do XX. Partindo de diferentes caminhos teórico-metodológicos, essa renovada vertente historiográfica vem produzindo pesquisas fulcrais para a compreensão dos papéis,

expectativas, lutas e busca por novas experiências de liberdade no contexto das emancipações e do pós-Abolição no país.

Para o caso das fotos analisadas, três com datas certas (1828 e 1897 em Uberaba e 1924 em Queluz)³, podemos afirmar que estamos diante do período do pós-Abolição em Minas Gerais, período no qual os festejos do Rosário, ligados às irmandades negras oriundas do século XIX, estavam sendo perseguidos tanto pela igreja Católica, como pelos órgãos estatais da Primeira República. Além disso, foi na primeira metade do século XX que muitas igrejas do Rosário foram destruídas e os templos demolidos em diversas cidades mineiras, num processo de desmonte institucional das irmandades por parte da igreja Católica e amparado pelos discursos higienistas e racistas ligados aos ideários considerados modernos da Primeira República.

Outras manifestações culturais e religiosas ligadas ao legado da população negra e afro-indígena foram intensamente perseguidos nesse mesmo período por todo país. É o caso dos festejos do Bumba meu boi no Maranhão, e, em especial, do candomblé e da umbanda, assim como os sambas, batuques e capoeiras.

Mesmo diante desse quadro de destruição, repressão e perseguições, todas essas manifestações se mantiveram ao longo dos séculos XX e XXI, com rearranjos e adaptações importantes e necessárias diante das ações repressoras do Estado e também da igreja Católica. Como aponta Martha Abreu, a persistência dessas manifestações também se fizeram presentes entre os “caminhos de tolerância em meio a perspectivas de controle” (Abreu 1999, 339).

Ao que parece, pela análise das imagens selecionadas, mesmo diante desse contexto de perseguições às suas manifestações culturais e religiosas, estamos diante de sujeitos que se mantiveram de pé, firmes e com olhares que representam a resistência para fazer continuar o legado aprendido com seus antepassados através da manutenção das suas celebrações. São os olhares de seriedade e respeitabilidade que estão sendo retratados nessas cenas, diante de uma sociedade pós-emancipada que ainda reprimia, perseguia, proibia e tentava silenciar seus festejos.

Além do sentido de respeito e seriedade, mesmo em se tratando de um momento festivo, todos os homens e as crianças que estão com instrumentos nas mãos fazem questão de exibi-lo, até mesmo numa tentativa de imprimir certo movimento aos mesmos. Esses instrumentos e adereços são corpos vivos nos rituais reinadeiros e congadeiros e também estão presentes para rememorar alguém que já se foi. As fotografias aparentemente ocorreram em eventos públicos, ou seja, em festas nas ruas, com indícios de um público que assistia – conforme se verifica nos cantos

³ A foto de Itaúna não tem data, mas a hipótese é que tenha sido feita entre as décadas de 1940 e 1950, quando o folclorista João Dornas visitava a cidade, segundo dados do APM.

direito e esquerdo das fotos, por isso é tão importante a manutenção dos corpos firmes e olhares sérios diante daqueles que poderiam perseguir suas práticas.

Outra questão que é comum nas fotografias e liga-se à essa imagem de respeito refere-se à identidade racial desses sujeitos. A grande maioria – ou quase em sua totalidade – são homens negros e mestiços, com poucas mulheres e crianças negras. O que pode parecer óbvio para nossos olhares viciados pelas fotos contemporâneas e coloridas em classificar sujeitos pelo tom da pele, não é tarefa fácil de afirmar quando lidamos com os sentidos de autoafirmação e reconhecimento racial para os anos em que essas fotos foram feitas.

As identidades raciais dos sujeitos, nesses casos, representam mais que tonalidades da pele, mas sim as experiências de racialização daqueles que participavam dos festejos – que na época eram intensamente perseguidos – e as dinâmicas sociais moldadas por critérios raciais que estavam pautadas nas sabedorias ancestrais e nas memórias da diáspora africana e do passado afro-indígena colonial. Para alguns estudiosos, a racialização iniciou-se no Brasil na segunda metade do século XIX, atrelada ao racismo científico. Wlamyra Albuquerque fez importantes discussões sobre o fim do período escravista no Brasil e os processos de racialização ocorridos, especialmente, com a população baiana recém-saída da escravidão (Albuquerque 2009); podemos fazer paralelos com a situação em Minas, no mesmo período.

No caso dos sujeitos das fotos, podemos inferir que os critérios de pertencimento aos festejos perpassavam, necessariamente, pelas experiências raciais e sociais vividas – e isso está intrinsecamente ligado às noções de coletividade que os reinadeiros e congadeiros tinham entre si. Sabia-se que eram negros e mestiços – assim como se sabia que brancos não participavam das festas. É fato também que a experiência do racismo fazia com que essa dimensão de pertença racial fosse ainda mais concreta. Como afirma Rodrigo Weimer:

Se a experiência vivida é importante – nela se ampara a memória – também é de interesse histórico verificar como a dimensão racial foi recordada pelas diferentes gerações. [...] importa perceber de que maneiras as percepções vinculadas à racialização, dado que relatadas a partir do presente, se preservam, se transformam ou nela adquirem sentido (Weimer 2010, 409).

De acordo com Ynaê Lopes, é na implantação da República que o racismo científico se constituiu no Brasil junto às perseguições policiais e às políticas públicas higienistas que tentaram manter a população negra sob “controle” por parte do Estado. Porém, a autora também destaca as (re)existências que sujeitos negros construíram, como a Frente Negra Brasileira, a União dos Homens de Cor, o Teatro Experimental do Negro (TEN), entre outros, que foram movimentos fulcrais de respostas ao racismo ao longo da primeira metade do século XX (Santos 2022).

A Frente Negra Brasileira foi fundada em 1931, a União dos Homens de Cor foi criada em 1943 e o Teatro Experimental do Negro deu início em suas atividades em 1944 (Santos 2022). É

nesse mesmo período de fundações tão importantes para a história do Brasil que a ideologia de branqueamento da população brasileira somava-se ao mito da democracia racial para explicar historicamente e sociologicamente o país. Mesmo diante desse panorama, é no contexto das (re)existências citadas por Ynaê Santos que as fotografias aqui analisadas foram produzidas e isso também não é mera coincidência.

Além disso, como Grada Kilomba aponta, “as construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem impacto na construção da raça e na experiência do racismo” (Kilomba 2019, 94), portanto, esses conceitos são inseparáveis para a autora. Desse modo, é possível articular também à análise dessas fotografias a perspectiva das relações de gênero na sociedade pós-emancipada brasileira.

Martha Abreu considera que esse aspecto é pouco discutido na historiografia brasileira, “para além das denúncias sobre o papel subordinado das mulheres negras” (Abreu 2010, 45). Ao investigar a trajetória do músico negro Eduardo das Neves, o crioulo Dudu, a historiadora percebeu, através das letras das músicas desse cantor, quanta dificuldade havia em relação ao homem negro no período, notadamente quanto às possibilidades de atuação política do mesmo.

Para Scully e Patton, as questões relacionadas às temáticas de gênero no pós-abolição precisam ser analisadas desde o processo abolicionista, que foi responsável por naturalizar as identidades de gênero e também recriá-las (Scully e Patton 2012). Giovana Xavier destaca que, nesse período, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, os pressupostos da modernidade enfatizavam a necessidade de produção do “novo negro”, em particular para as mulheres, que tinham as suas feminilidades mediadas pela experiência da escravidão e por seu legado, pois “num contexto de liberdade em construção, era preciso oferecer outras imagens que não aquelas imorais, animalizadas, subservientes e caipiras” (Xavier 2013, 431). Para a historiadora, uma das marcas do “periodismo negro brasileiro” foi a sobreposição do masculino sobre o feminino, apesar da autora demonstrar o quanto a participação feminina nas páginas dos jornais negros foi presente.

Nos retratos festivos é possível perceber a presença predominante de homens – dançadores, capitães, reis e observadores – ocupando a cena de destaque e liderança. O que podemos pensar ao analisarmos esses quadros diz respeito a construção das identidades ligadas às masculinidades negras e afro-indígenas no pós-abolição mineiro e as imagens construídas, pelo menos nas fotografias, por princípios que pautam o respeito, a credibilidade e a seriedade por serem reinadeiros e congadeiros, o que está ligado à ideia do novo negro do início do século XX, como a foto de Queluz bem representa. Como afirma Martha Abreu,

O ideário do Novo Negro articulou-se de várias formas no Brasil, em associações fundadas por negros, de cunho cultural, artístico, religioso ou político, como clubes de dança, carnaval, esporte,

grêmios literários, candomblés, sindicatos e jornais. Essas associações evidenciavam a busca por espaços de autonomia e proteção, muitas vezes em diálogo com as discussões políticas e estéticas negras internacionais (Abreu 2024, 67).

Não é possível termos mais informações, a princípio, sobre a pouca presença feminina nessas fotos selecionadas para nosso diálogo. O que observamos é a presença da rainha na foto de Queluz e uma possível presença feminina na festa em Uberaba, com a imagem ao fundo que parece ser também a corte com a presença da rainha.

A “ausência” das mulheres nas fotos não significa que elas não participavam dos festejos e apesar da inexpressiva presença nessas fotografias – as mulheres – esposas, filhas, irmãs – dos reinadeiros e congadeiros exerceram (e ainda exercem) papel central na dinâmica dos festejos. Ocorreram diferentes formas de construção da masculinidade respeitável, assim como da feminilidade, como bem mostra Giovana Xavier, no período pós-abolição, o que possibilitou que as relações sociais e raciais também se tornassem diversas.

Em se tratando dos festejos e modos de vida de reinadeiros e congadeiros, é possível afirmar que esses sujeitos agenciaram um processo de afirmação racial e elaboraram, à sua maneira, respostas ao racismo sofrido e mantiveram seus saberes ancestrais. As construções das noções de masculinidade negra passaram pelos critérios de pertencimento familiar e racial e pela moralidade e respeitabilidade construídas por eles próprios no final do século XIX e na primeira metade do século XX.

É preciso ponderar que essas análises se referem apenas às análises das fotografias, o que não descarta que outras dimensões plurais de resistência da população negra existissem, juntamente com outros formatos e experiências ligadas aos processos de racialização que muito possivelmente os sujeitos das fotos viveram.

Em artigo publicado recentemente, Juliana Pereira (2023), descortina a vida e obra do artista negro Geraldo Magalhães que viveu no final do século XIX e início do XX e construiu para si uma imagem de respeitabilidade fundamental para sua carreira artística. Para a autora,

A produção de imagens constituía um campo de disputas. Esse tipo de suporte foi essencial na construção de estereótipos de classe, gênero e raça. Os artistas negros tiveram que lidar com uma grande quantidade de imagens racistas que circulavam em capas de partitura, em charges publicadas em periódicos, entre outros suportes. Ademais, para vários sujeitos, a produção fotográfica ganhou outros sentidos, sendo acionada como ferramenta importante para a afirmação de estratégias de respeitabilidade (Pereira 2023, 257).

As mobilidades e as hierarquias raciais no pós-abolição brasileiro podem ser discutidas também numa perspectiva transnacional. A dimensão atlântica de locais como Estados Unidos, Caribe e Brasil está articulado, especialmente, às manifestações culturais vividas e impulsionadas por homens e mulheres negros – para Martha Abreu, os músicos negros têm destaque nesse intercâmbio. Foi Gilroy que afirmou que a música funcionou, desde a escravidão, como elemento

de coesão e manifestação da cultura política no atlântico negro (Gilroy 2001). No pós-abolição, “[a] música negra [se tornou] o maior símbolo de uma luta política contra a opressão racial e pela pretendida autenticidade cultural” (Abreu 2010, 92).

Thomas C. Holt, Rebecca J. Scoot e Frederick Cooper em livro referência sobre o assunto acerca do pós-emancipação em diferentes locais do Atlântico Negro, preocupam-se em debater sobre quais seriam as fronteiras e as temporalidades adequadas aos estudos sobre as experiências da escravidão e da liberdade. Geralmente, os trabalhos sobre o período do pós-abolição remetem ao fim da escravidão e não tem data limite para acabar, como afirmam os autores (Cooper, Holt e Scott 2005).

O pós-Abolição apresenta-se, assim, como um problema histórico, como na perspectiva apresentada por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (Rios e Mattos 2004). Os estudos recentes procuram demonstrar maior diversidade regional sobre as experiências negras ligadas à migração e ao contexto rural no Brasil, assim como sobre as festas e as músicas negras no contexto da diáspora, nos quais esse artigo se enquadra – com a opção pelo enfoque no estado de Minas, mas sem perder de vista a dimensão ampliada para os diversos contextos diaspóricos vivenciados no Atlântico Negro.

Em Minas Gerais, em especial, diversos trabalhos historiográficos foram (e estão sendo) produzidos, num esforço de apresentar a agência negra e afro-indígena no pós-Abolição.⁴ Ao buscar analisar os protagonismos dos sujeitos fotografados em seus festejos, conseguimos compreender que suas ações, estratégias e lutas políticas foram marcadas pelos processos de racialização e diferenças sociais que vivenciaram no período.

Quando Queluz, Uberaba e Itaúna resolveram se encontrar...

As fotos selecionadas colocam sujeitos de três cidades diferentes e distantes em contato nesse artigo. No momento da foto, no imediato pós-Abolição, marcado pelas segregações raciais e espaciais, esses retratos festivos mostram sujeitos na busca pela cidadania num mundo livre e possivelmente pela manutenção dos festejos como forma de fazer rememorar seus antepassados, como estratégia de combate ao racismo e às exclusões que sofriam naquele período (Albuquerque 2009).

Ao tratarmos do passado festivo em Minas Gerais, poucas imagens foram feitas no começo do século XX. Quantas fotos estão dispersas pelos acervos particulares? Por que o APM não tem

⁴ O Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição em Minas Gerais, da Associação Nacional de História, tem desenvolvido uma série de atividades, projetos e ações que buscam investigar o papel das populações negras e afro-indígenas nesse contexto.

um fundo exclusivo para guardas as festas negras e afro-indígenas? Nossa hipótese principal sobre a disposição das fotos nesses fundos do dito arquivo partem da constatação inicial da dispersão dessas fontes, o que sugere um silenciamento de tais e uma organização que seguiu critérios pautados na coleta de materiais realizada por folcloristas do estado – ou em viagem pelas cidades, em alguns casos. Além disso, percebemos que algumas anotações dessas coleções se mostram pautadas em discursos racistas, típicos da primeira metade do século XX. Mas isso é questão para outro artigo.

As lógicas de silenciamento, invisibilidade e inferioridade racial colocadas pela lógica dita “científica” do período (Schwarcz 1993), contrasta com as fotos aqui analisadas. Festejar o Rosário durante o final do século XIX e na primeira metade do XX estava intrinsecamente relacionado às memórias da diáspora africana e das resistências indígenas e à manutenção das práticas culturais e sociais que esses sujeitos estão submersos e visíveis nas fotografias.

É possível inferir, por fim, que a construção de sociabilidades e laços identitários raciais, sociais e de gênero por esses sujeitos retratados foram importantes para a perpetuação das suas manifestações – tão expressivas nos dias de hoje por todo estado de Minas Gerais.

Manter-se sérios, organizados e com a imagem de respeito fez com que esses homens tentassem sair dos estereótipos racistas que os acompanhava no imediato pós-Abolição e que os ligava às imagens da escravidão e do senso comum que poderia colocá-los como sujeitos passivos e inferiores. Construir essas imagens positivas ligadas à masculinidade negra e afro-indígena opunha às imagens racistas e sexistas que as figuras dos escravizados tinham e, por outro lado, ajudava a constituir a noção do novo negro moderno que estaria longe de qualquer resquício de atraso ligado ao passado escravista.

Como Leda Martins nos ensina, a “cultura da encruzilhada” (Martins 2021b) entendida como espaço de encontros de diferentes dimensões está presente nos festejos reinadeiros. Nesse sentido, nas fotos analisadas nesse trabalho, são esses encontros – e não a mistura – de elementos negros e afro-indígenas que se destacam, como os que estão visíveis na imagem 3 da festa em Uberaba em 1888 – especialmente pela presença dos penachos – assim como os elos invisíveis que essas fotos não mostram, mas que podem ser sentidos e imaginados. Não conseguimos ouvir suas músicas, cantos e pontos e também não identificamos os seus nomes e suas trajetórias de vida. O que inferimos nesse artigo é que em Queluz, Uberaba e Itaúna esses homens deixaram seus rastros de seriedade e respeito nos retratos festivos do pós-Abolição em Minas Gerais. Além disso, eles viveram o reinado, celebraram a fé no Rosário e festejaram seus ancestrais, criando condições favoráveis para sociabilizar suas devoções e buscar seus direitos – como lutar contra o racismo que já imperava na época dessas fotografias.

Fontes

Foto sem autoria. 1924. Festa do Reinado em Queluz. Arquivo Público Mineiro. <https://www.arquivopublico.mg.gov.br/>.

José Severino Soares. 1897. Festa dos pretos à Nossa Senhora do Rosário em Uberaba. Arquivo Público Mineiro. <https://www.arquivopublico.mg.gov.br/>,

José Severino Soares. 1889. Grupo de pessoas na festa de Congado de Nossa Senhora do Rosário em Uberaba. Arquivo Público Mineiro. <https://www.arquivopublico.mg.gov.br/>.

Sem autoria. Sem data. Festa popular, Congado de Itaúna. Fundo João Dornas Filho, Arquivo Público Mineiro.

Cadernos de Folclore. Ano I, nº 2. 1993. Arquivo Público de Uberaba. Moçambique e Congos. História e tradição em Uberaba.

Referências Bibliográficas

Abreu, Martha. “Modernismos, modernidades negras e racismos na história da música brasileira.” Em *Música e Modernismos negros*, org. Renata Bittencourt, Rafael Galante. São Paulo: IMS, 2024,

Abreu, Martha. *O Império do Divino: festa religiosa e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: Fapesp, 1999.

Abreu, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, 11, n. 20 (2010): 92-113.

Albuquerque, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Antonacci, Maria A. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUC, 2014.

Berlin, Ira. *Gerações do cativo*. Tradução de Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Brasileiro, Jeremias. *Sincretismo NÃO! Coexistência cultural religiosa e ancestral, SIM!*. Uberlândia: Subsolo, 2023.

Cooper, Frederick, Thomas C. Holt, e Rebecca J. Scott. Tradução de Maria Beatriz de Medina. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Dias, Paulo. “A outra festa negra”. Em *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, István Jancsó e Íris Kantor. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

Gilroy, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*, São Paulo: Editora 34, 2001.

Kilomba, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

Maia, Moacir Rodrigues de Castro. *De reino traficante ao povo traficado: a diáspora dos courás do golfo do Benim para Minas Gerais (América portuguesa, 1715-1760)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

Martins, Carolina. Os “caboclos” da Ilha e os caminhos para pensar o afroindigenismo no bumba meu boi do Maranhão. *Revista Aedos*, 16, n. 35 (2024): 269-293.

Martins, Leda. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

- Martins, Leda. *Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. 2 ed. São Paulo: Perpectiva, 2021b.
- Mauad, Ana Maria. Através da Imagem. Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, 1, n. 2 (1996): 73-98.
- Pereira, Juliana da Conceição. Geraldo Magalhães: um artista negro no pós-abolição (1878-1970). *Revista Escrita da História - REH*, 10, n. 19 (2023): 249-266.
- Resende, Maria Leônia Chaves de; Lamgfun, Hal. Minas gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, 12, n. 23 (2007): 5-22.
- Rios, Ana Lugão e Hebe Mattos. O pós-abolição como problema histórico. *Topoi*, 5, n. 8 (2004): 170-198.
- Santos, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- Santos, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro. Uma história da formação do país*. São Paulo: Editora Todavia, 2022.
- Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Scully, Pamela e Diana Patton. *Gender and Slave Emancipations in the Atlantic Worked*. Durham & London: Duke University, 2005.
- Souza, Maria José de. *Reinado e poder no sul das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017.
- Weimer, Rodrigo de Azevedo. Ser “moreno”, ser “negro”: memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. *Revista Estudos Históricas*, 26, n. 52 (2013): 409-420.
- Xavier, Giovana. Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA. *Revista Estudos Históricas*, 26, n. 52 (2013): 429-450.

Recebido: 11 de outubro de 2024

Aprovado: 01 de dezembro de 2024